



Revista Parlamento e Sociedade



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**



Reforma Política: o longo debate

Fernando Limongi¹

Resumo

Reforma política é um tema que está sempre em voga, e não só no Brasil. Por aqui ela ganhou força maior nos debates após a instituição das eleições diretas reguladas pela Constituição Federal de 1988 e do modelo democrático eleitoral vigente. A presente análise destrincha as questões que giram em torno do tema e suas implicações. Para isso, explora as propostas específicas que acompanham o debate e as novas demandas sociais, problematizando, em um aspecto geral, a discrepância da própria aplicação prática dessas propostas.

O longo caminho

Este texto, uma versão modificada da palestra feita na abertura do Ciclo de Debates sobre Reforma Política promovido pela Câmara Municipal, tem um objetivo simples e direto: procura ser tão-somente uma introdução. Trata-se da abertura de um ciclo de conferências e debates sobre os caminhos da reforma. Serão 13 sessões, cada uma delas voltada a um tema específico.

Antes de mais nada, portanto, cabe registrar meus agradecimentos ao convite feito e a distinção que me foi conferida de abrir este ciclo. Agradeço imensamente o convite. Agradeço especialmente o Presidente desta casa, Vereador Antonio Donato, e aqueles diretamente envolvidos nesta importante empreitada, Christy Ganzert Pato, Diretor-Presidente da Escola do Parlamento, Lara Mesquita e Tatiana Ribeiral; muito obrigado a todos. É uma honra estar aqui e ter a oportunidade de discutir temas tão importantes e complexos envolvidos na questão da reforma política.

Como já afirmei, minha abordagem tangenciará propostas específicas, ainda que seja de todo impossível ignorá-las. Pretendo, inicialmente, levantar algumas questões gerais que levem a uma problematização do próprio tema. Este, por certo, não é o primeiro evento desta natureza de que participo. Já faz algum

1 Professor titular do Departamento de Ciência Política da USP.

tempo que o tema da reforma política ocupa o centro das preocupações da opinião pública e vai a debate no Parlamento. É um tema recorrente, constante. Durante toda minha carreira acadêmica, que já tem uns 25 anos, venho participando de debates sobre reforma política. Por dever de ofício, digamos assim, tenho sido convocado repetidamente a participar deste debate. Interessante, portanto, refletir sobre o que permanece e o que muda. E este é o ponto fundamental: é sempre o mesmo debate e ao mesmo tempo é sempre um debate novo. Constante e mutável ao mesmo tempo. Para explicar isso, comecemos pela segunda parte, pelo aspecto sempre cambiante deste debate.

Quem olhar para as propostas em debate e suas justificativas imediatas verá que ele mira um alvo móvel. O problema concreto enfrentado está em constante modificação. O debate sobre a reforma política acompanha e se desenrola paralelamente à transição do autoritarismo para a democracia. A própria maneira como os militares começaram a encaminhar a transição, a abertura promovida pelo General Geisel, colocou a questão institucional no centro da discussão. A transição ocorreu e foi sendo ditada por uma série de modificações institucionais, sobretudo na legislação eleitoral. Assim, reforma política e transição para a democracia acabaram se associando de forma direta, a ponto de se tornarem indistinguíveis.

De outra parte, havia a preocupação em evitar que os problemas havidos na experiência democrática anterior não viessem a se repetir. Isto é, ao mesmo tempo havia a forte convicção no interior da academia de que um retorno puro e simples a eleições competitivas não levaria a uma democracia estável. A crise dos anos 60, que culmina no golpe de 1964, de acordo com esse diagnóstico, teria causas institucionais. Retornar ao mesmo modelo institucional adotado em 1946, marcado pela combinação entre presidencialismo e representação proporcional, seria marcar um encontro com a instabilidade política. A reforma política, no interior desse diagnóstico, seria imperiosa se quiséssemos evitar novos golpes e a instabilidade.

Por um bom tempo, a matriz institucional brasileira foi colocada em xeque, em suspeição, responsabilizada pelos mais diversos problemas que o País enfrentava. Quando falo em matriz institucional, refiro-me à combinação entre o presidencialismo e a representação proporcional de lista aberta. Contudo, ainda que esta matriz institucional fosse identificada como a raiz das muitas mazelas enfrentadas, mudaram as razões pelas quais esta matriz é vista como problemática. O réu permaneceu o mesmo. A acusação, contudo, os crimes cometidos – se posso abusar da analogia –, as razões apresentadas para a condenação, mudaram.

As razões pelas quais estas instituições eram vistas como inadequadas mudaram radicalmente. Inicialmente, no período da transição, a combinação

presidencialismo-representação proporcional era condenada por não conter anteparos à explosão das demandas e, conseqüentemente, à radicalização política. Não é o caso de recuperar esse argumento neste momento. Meu objetivo é limitado. Estou fazendo, digamos assim, um inventário. O fato é que este é um diagnóstico herdado dos anos 60 em que são visíveis as marcas da Guerra Fria.

Os primeiros anos de democracia foram anos conturbados. Foram anos de crise política e econômica. O País, por anos a fio, viveu à beira da hiperinflação. Assim, a ideia de que havia algo de profundamente errado com a matriz política adotada e referendada pela Constituição de 1988 foi sendo reforçada. O governo não governava. A fragilidade do governo e não, como se esperava, a radicalização política das massas, acabou por se configurar como o problema número um a ser enfrentado. O problema que se manifestava, portanto, não era o esperado. Era outro. Mas a raiz do problema não mudara, era o mesmo: a causa da fragilidade do governo seria a matriz institucional adotada desde 1946, isto é, a combinação entre presidencialismo e representação proporcional com lista aberta.

O libelo acusatório muda, mas não o culpado. A natureza da explicação se altera e ganha foros mais plenamente institucionais na medida em que o problema identificado passa a ser a incapacidade do presidente em contar com maiorias estáveis no Congresso Nacional para aprovar as medidas econômicas necessárias para controlar a inflação. Dado o multipartidarismo vigente – uma consequência direta da representação proporcional – e a fragilidade dos partidos – consequência direta da lista aberta –, o Congresso se constituiria em uma barreira intransponível às pretensões de qualquer chefe do Executivo. Presidentes estariam condenados à imobilidade.

Uma vez mais, não cabe aqui reconstituir o argumento. Meu interesse é apenas mostrar como continuidade e mudança se combinam no debate sobre a reforma política. Temas e instituições específicas permanecem as mesmas, mas as razões pelas quais são vistos como problemáticos mudam inteiramente. A continuidade do tema “reforma política”, portanto, é mais aparente do que real. Ainda que a matriz institucional fundamental adotada pelo País – a combinação entre presidencialismo e representação proporcional – permaneça na berlinda, o debate muda inteiramente de natureza.

Na realidade, se analisado desse ângulo, isto é, sobre a incidência das preocupações com a matriz institucional, o debate perdeu fôlego nos anos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. E a razão é muito simples: o diagnóstico pessimista foi negado na prática. Colocando de forma nua e crua, o apelo à

reforma da matriz institucional perdeu força porque o sistema político funcionou, desmentindo empiricamente as previsões empíricas feitas até então. Executivo e Legislativo, vistos pelo diagnóstico pessimista como destinados a viver em conflito, encontraram bases para operar de forma coordenada e cooperativa. A inflação foi debelada, reformas foram aprovadas e o País experimentou períodos de crescimento econômico e até mesmo a redução da desigualdade econômica. Em lugar de estar condenada a viver em eterna crise, a democracia provou sua viabilidade no país.

Ainda assim, a percepção de que uma reforma política seria necessária não perdeu seu apelo, nem mesmo sua força. Continuou a ser vista como uma necessidade imperiosa. Nesta sua nova aparição, contudo, o apelo perdeu objetivos específicos. Se antes o tema da governabilidade era crucial e se a possibilidade da crise de governabilidade alimentava o debate, uma vez que esse risco foi afastado o debate se tornou mais genérico, menos claro, tanto no que se refere à identificação dos problemas como quanto aos objetivos pretendidos; mas, paradoxalmente, o apelo reformista não perdeu sua intensidade e a crise política atual, por exemplo, recolou o tema no centro da agenda política.

Assim, como participante deste debate e tendo assistido suas metamorfoses constantes, passei a me indagar sobre o caráter difuso e indefinido do clamor por uma reforma política. Minha formação profissional me leva sempre a querer transformar argumentos em proposições testáveis, a identificar causas e consequências, a pensar no que pode ser mudado e como sabemos se essas mudanças vão trazer as consequências pretendidas. Como acadêmico, como cientista político, busco ter claras as causas e as consequências. A defesa de uma reforma política necessariamente deve partir da constatação de que o estado atual apresenta problemas, que estes problemas podem ser conectados a certas escolhas institucionais e que as alterações propostas terão como consequência a superação dos problemas identificados originalmente. Para o cientista político, estas conexões devem ser examinadas logicamente. Os nexos entre causas e consequências são cruciais, são testes empíricos fundamentais.

O debate político, contudo, tem natureza diversa: desenvolve-se em plano próprio, alimentando-se de expectativas e aspirações que não precisam resistir aos rigores da demonstração acadêmica. Ou seja, o que estou sugerindo é que o tema da reforma política deve ser analisado como parte do próprio discurso político, ou melhor, da luta política. Por isso ele é e será retomado constantemente. Mais do que isto, é de sua própria natureza ser impreciso e indefinido. A reforma política é uma bandeira, uma aspiração, uma expectativa que sempre se renova baseada na expectativa difusa de que seria possível alterar as bases em que a luta política é travada.

Há, portanto, duas formas distintas de abordar o tema da reforma política. Ou melhor, é preciso distinguir um tratamento mais técnico do tema, aqueles a que se dedicam os cientistas políticos e os acadêmicos em geral e daqueles que mobilizam os atores políticos. Para distinguir estes dois debates paralelos, talvez valha a pena distingui-los com nomes diversos: reforma eleitoral e o da reforma política. O primeiro seria mais técnico e pautado pelo rigor acadêmico em que relações causais são postas à prova da lógica e da empiria e o segundo, mais propriamente político.

A sugestão desta diferenciação foi feita por Luís Fernando Veríssimo em uma crônica publicada meses atrás. Veríssimo afirma, ao longo do texto, que primeiro precisamos fazer a reforma política para, e somente após termos feito isso, passarmos à reforma eleitoral. E reforma política ele associa, ou identifica, como uma espécie de revolução. As expectativas são imensas. Não é verdadeiramente uma reforma: é uma revolução.

Mas no que consiste essa reforma política? O que efetivamente deve ser mudado para obter este novo estado de coisas? O problema é que, como vou tentar argumentar, não existe reforma política sem a reforma eleitoral.

A reforma política, para que provoque uma alteração radical na forma como a política é vivida e praticada, passa necessariamente por medidas concretas, por alterações legais na regulação da atividade política. E o curioso das expectativas geradas por ela, pela capacidade de quais alterações a legislação possa vir a ter para provocar a tal da revolução esperada por Veríssimo e tantos outros, é que estas expectativas são alimentadas por doses elevadas de ingenuidade e mesmo de desconhecimento da evolução das práticas políticas. Mais do que isso, em geral ela parte de experiências concretas e imediatas, de respostas aos problemas salientes daquele exato momento. Por exemplo, no debate brasileiro atual, dados os recentes escândalos de corrupção denunciados pela Operação Lava Jato, o financiamento das campanhas eleitorais parece ser **o problema**, a razão essencial pela qual a atividade política teria se deteriorado.

No momento, o que quero frisar é que o debate sobre a reforma política se alimenta ou é alimentado por uma expectativa, um desejo de que as coisas mudem, melhorem. Mais do que isto, há algo específico a essa retórica de reforma captada pela constante alusão à corrupção. O objetivo central de toda e qualquer reforma política é dar conta da corrupção entendida de forma ampla, como deterioração, como perda de princípios e/ou integridade. Notem: corrupção indica a existência de um processo. Mais do que isto, indica a existência de um ponto inicial, anterior a sua ação deletéria. Corrupção envolve degeneração. O apelo à

reforma política, portanto, é sempre um apelo à restauração de um mundo perdido, que foi corrompido ao longo do tempo.

A reforma política nunca sairá da agenda política. E assim é no Brasil e no restante do mundo. Cidadãos estão sempre infelizes e desgostosos com o que está acontecendo no mundo político, com a política real. Ciclos como este, de debates sobre reforma política, estão acontecendo em vários se não em todos os países do mundo. Não há nenhum país do mundo em que não exista um forte descontentamento com a vida política. Aspirações reformistas são ubíquas. São ubíquas e perenes. Todos sempre querem reformar. Todos acham que os problemas políticos são mais agudos em seu território e que só em seu quintal as coisas são assim tão ruins. O mais interessante é que não é raro encontrar movimentos reformistas que idolatram o que outros veem como as razões de todos os seus infortúnios.

Este é o caso da dicotomia lista aberta e lista fechada. Quem adota a primeira modalidade da representação proporcional a vê como causa do individualismo, da corrupção e da falta de *accountability*; acredita que tudo isso será minorado ou solucionado com a mudança para a lista fechada. Mas quem adota a segunda versão quer migrar para a primeira, porque acredita que a lista fechada dá razões para que as lideranças partidárias se isolem das demandas populares, etc. Obviamente, não é possível que ambos estejam corretos. Cada uma dessas opções tem seus prós e contras. Pode ser verdade que uma seja melhor que a outra, mas o fato é que nenhuma delas trará a solução para todos os problemas identificados. E não importa, ou melhor, não é isto que importa se quisermos entender o apelo da retórica da reforma política.

O discurso reformista é necessariamente simplista, esquemático, alimentado pela denúncia de um mundo político marcado pela corrupção dos valores e princípios da atividade política real e presente. A força da retórica da reforma política vem de seu apelo duplo, dirigido ao futuro e ao passado. A reforma sempre acena em direção ao futuro, a como o mundo político deveria ser, mas o faz com base em uma remissão ao passado, a um mundo em que a política teria sido regida pelos princípios que se buscam resgatar.

A expectativa de que existe uma reforma política que será capaz de trazer consigo uma verdadeira regeneração da vida política não é nova. Paradoxalmente, é praticamente tão velha quanto a adoção de eleições como método de seleção de governantes. Eleições nunca funcionaram como se esperava que elas devessem funcionar. Esse descompasso entre a realidade e a idealização, entre a prática e as expectativas, alimenta o movimento reformista. E, sendo assim, é preciso ter em mente que inúmeras reformas políticas já foram feitas com os mesmos objetivos

e expectativas. Reformas radicais, profundas, verdadeiras revoluções, já foram levadas a cabo. Mas tão logo entram em efeito, demandas por novas reformas começam a ser feitas. O processo é interminável porque induzido por expectativas idealizadas sobre o mundo político.

Ao longo do tempo, a *retórica da reforma* ganhou autonomia. O argumento em prol da reforma tomou uma forma genérica, uma espécie de protocolo padrão que se presta às mais diferentes propostas. Este é o ponto em que a reforma política e a eleitoral voltam a se encontrar. A reforma política tomou a forma de um discurso genérico em que propostas específicas de reforma eleitoral são enxertadas. Tudo se passa como se as medidas concretas fossem de menor importância. O que de fato importaria seria a reforma política em si mesmo, independentemente de seu conteúdo.

Para tornar as coisas um pouco mais concretas, vou recorrer a um exemplo: a defesa da adoção do voto distrital feita pelo senador José Serra no jornal *O Estado de São Paulo*, edição de 12/02/2015. Reforço que se trata de um exemplo. Meu objetivo é destacar os elementos discursivos aos quais recorre o senador. Há muitos outros exemplos a que eu poderia ter recorrido. Não me interessa a proposta concreta do voto distrital e muito menos a posição específica do senador José Serra, mas sim como essa proposição específica, pequena e limitada, é defendida como parte de uma reforma política ampla, de uma verdadeira regeneração. O que quero ressaltar são os elementos discursivos que conferem força à defesa da reforma política. A medida concreta, a reforma eleitoral proposta, é secundária. Este é o ponto que quero sublinhar: a enorme distância entre o caráter limitado da modificação proposta, no caso a adoção do voto majoritário nas eleições para vereador, e os efeitos imensos que a modificação traria, o de um resgate da moralidade pública. Esta operação ou passagem entre o acanhamento da proposta e seus efeitos poderosos só é possível porque feita sob o manto protetor da ideia de reforma política, da suspensão sobre o juízo usual entre causa e efeito que sua evocação gera.

Vejamos o argumento do senador. Segundo Serra, a adoção do voto distrital deveria ser vista como “o primeiro passo de uma restauração moral que pode dar-se alargando o espaço da democracia.” Como diz o título do artigo, a medida teria por objetivo tornar a democracia “mais democrática”, isto porque o que se defende poderia funcionar como “a introdução no organismo de um vírus benigno que gera anticorpos contra o peso do poder econômico e a favor da representatividade dos eleitos.” Por isto mesmo, esses objetivos, como destaca o próprio senador, não poderiam ser identificados como uma “bandeira partidária”

ou como parte de um “projeto de poder”. O voto distrital é o que menos nos interessa no momento. Qualquer outra medida poderia tomar seu lugar. O relevante para meus fins é atentar para a estrutura do argumento, para a construção do discurso reformista em que a defesa dessa reforma eleitoral específica ganha *status* de uma proposta de reforma política e que, como tal, tem por base um apelo moral. O que se pretende, o objetivo maior, é provocar uma alteração do comportamento dos políticos. O que se quer é restaurar as bases para um comportamento reto, virtuoso. Essa é a aspiração, essa é a expectativa. A reforma restaura, recupera e propicia uma forma adequada de fazer a política perdida em algum ponto não especificado do tempo. Este é, digamos, para abusar da caricatura, o herói, o mocinho da reforma política: a regeneração, a restauração da moralidade. E os vilões, ou aspectos negativos a serem eliminados, também são elencados: o poder do dinheiro e os projetos de poder pelo poder.

Insisto, o voto distrital é o de menos aqui: poderia ser o fim das coligações, poderiam ser eleições a cada cinco anos, o que for. O importante do discurso, o que pega, o que faz com que ele ganhe foros de um discurso em prol da reforma política, não é a medida concreta, mas sim seus efeitos esperados: uma nova política; nova, não, porque há sempre essa remissão idealizada ao passado. O que se obteria seria a regeneração da política por meio da neutralização dos elementos que a desvirtuam. Os elementos que levam à degeneração tendem a ser sempre os mesmos: os interesses econômicos, a força do dinheiro, a ambição política, a busca do poder pelo poder. O mundo político ideal, o que teria existido em algum ponto do tempo e que a reforma pretende resgatar, é um mundo em que a política não seria dominada quer por um quer por outro desses elementos corruptores. A boa política é a que está acima dos interesses e do amor pelo poder. A boa política pede virtude, desprendimento, desinteresse.

Quem seria contra diminuir o peso do poder econômico na política? Ninguém, certo? Todos somos a favor disso. Todos somos a favor do aumento da representatividade dos eleitos. Ninguém vai ser contra. Todos querem isso. Todos queremos! Ninguém pode discordar de objetivos tão claros e positivos. Sobre tudo porque eles apontam para melhorias inquestionáveis e incontroversas e que, por isso mesmo, dispensam maior elaboração. Quem se oporia a uma reforma cujo resultado final fosse o aumento da representatividade? Ninguém. Até porque ninguém sabe bem ao certo o que isso significa.

Assim, sobre objetivos tão genéricos quanto imprecisos é possível projetar e esperar absolutamente tudo. E isso significa dizer que é possível afirmar que a reforma proposta contém a resposta ou a solução para toda e qualquer

característica indesejável e negativa que encontramos no sistema vigente. Eleitores não se lembram em quem votaram. Ora, após a reforma, passarão a lembrar. O dinheiro domina a política no modelo corrente? Deixará de fazê-lo após a reforma. A lista de problemas pode ser aumentada indefinidamente. Cada um pode “pendurar” o seu mal ou problema preferido ao rol das mazelas a serem sanadas. Cada um tem as suas predileções. A governança é o problema? Falta *accountability*? A reforma política, se efetiva, se real, tratará deste ponto e de qualquer outro que se tenha em mente.

Assim, a “reforma política” ganha autonomia, torna-se uma verdadeira entidade. Todos falam nela como algo necessário e urgente. Por isto mesmo, em flagrante atentado ao bom gosto, ganhou o apelido de “mãe de todas as reformas”. A reforma é o meio, o modo pelo qual seria possível dar início a esse processo de regeneração da política. As expectativas são vagas e, muitas vezes ambíguas, porque ancoradas em categorias e imagens consolidadas. Condena-se a sujeição da política ao dinheiro, aos interesses, aos ambiciosos que se dedicam à política apenas para obter vantagens pessoais e que deixam de lado o bem comum. A política que se quer e que se espera obter por meio da reforma é uma em que ideais prevaleçam sobre os interesses, o bem comum sobre o particular.

Políticos se tornam os principais alvos da reforma. Políticos profissionais priorizariam os resultados eleitorais, querem vencer eleições a qualquer custo. Ser eleito, ter poder estaria acima de tudo. Para tanto, os políticos se dobrariam à força do dinheiro e dos interesses. Princípios e ideais seriam relegados, quando muito, a um segundo plano. Por isto mesmo a reforma é sempre associada a uma regeneração moral. O comportamento dos políticos precisaria ser alterado.

Políticos, contudo, podem se apresentar como as vítimas desse processo. Sempre podem recorrer a Rousseau: nasceram bons, mas a vida social os corrompeu. Isto é, dadas as regras vigentes, não haveria como escapar da lógica implacável que rege a vida política. Os políticos que mantivessem a fidelidade a seus ideais seriam derrotados pelos pragmáticos e ambiciosos que não hesitariam em negociar seus ideais por recursos e votos: “a origem da corrupção política é o comportamento de meus adversários que cedem aos interesses dos poderosos”. Assim, paradoxalmente, políticos acabam sendo os mais enfáticos críticos de si mesmos e os que mais defendem a necessidade de uma “reforma política” profunda. Diz o reformista: somente quando regenerada pelas propostas que defendo, a atividade política passará a ser um campo exclusivo daqueles que, como eu, colocam os princípios acima de seus interesses pessoais e dos que os financiam.

A reforma política, portanto, é tema perene e ubíquo porque o funcionamento de todo e qualquer sistema político está aquém das expectativas dos cidadãos e dos políticos, está sempre a anos-luz de distância do ideal, do que gostaríamos que fosse, de como acreditamos que ele poderia e deveria funcionar. A reforma política aparece assim como uma panaceia, como um remédio capaz de curar todos os males. Mas para que apareça assim, para que possa ser mobilizada pelas mais diferentes correntes políticas, ela obedece a certos cânones, toma uma forma comum, recorre a uma retórica que evoca visões consolidadas sobre como deveria ser a política.

A chave do sucesso, o ponto de convergência de toda essa confraria reformista é noção de corrupção. A reforma é apresentada como uma correção de rumo, como o ponto de partida de um processo de regeneração moral que nos levará de volta ao princípio; ou melhor, a uma atividade política regida única e exclusivamente por princípios. Mas o que é preciso ter claro é que essas expectativas são vagas e imprecisas. Mais do que isto, é que de fato elas significam diferentes coisas para diferentes pessoas.

Para ser concreto, um peessedebista e um petista com certeza discordam sobre o que significa a primazia dos princípios sobre os interesses. Ou para dizer o mesmo de forma diversa, muito provavelmente um eleitor do PSDB se vê a si mesmo como um agente político desinteressado enquanto vê seus principais adversários como aqueles que pautam o comportamento em função dos interesses e de um projeto do poder pelo poder. O eleitor do PT não é diferente. O seu partido representa o povo, a coletividade, o interesse geral, enquanto os demais defendem interesses especiais e particulares.

Mas não é preciso ser eleitor de carteirinha de um partido para ser pego em contradição. A própria noção de representação se baseia em expectativas inconciliáveis. Queremos que os representantes sejam os mais capazes possíveis, mas ao mesmo tempo queremos que eles defendam os nossos interesses, que sejam, portanto, a um só tempo, diferentes e iguais. As eleições colocam em movimento essas expectativas contraditórias. Os escolhidos, os merecedores do voto, devem se destacar dos demais, devem ter qualidades que os diferenciam dos seus eleitores, pois se não fosse assim, porque seriam dignos do voto? Escolher envolve necessariamente a comparação e a distinção. Os eleitos, os escolhidos, devem ter atributos que os demais não têm. Mas ao mesmo tempo, queremos votar naqueles com quem nos identificamos, que se não são iguais, pelo menos são parecidos conosco, têm os nossos atributos. Esses ideais são contraditórios. Há uma tensão interna entre eles.

Creio que uma discussão consequente da reforma política deve evitar respostas fáceis. Deve, portanto, escapar do discurso genérico sobre a regeneração moral e, mesmo, dessa discussão mais ampla sobre a corrupção política entendida como a sujeição da atividade política aos interesses. Na realidade, para que seja consequente, uma discussão sobre a política deve tomar como ponto de partida a premissa inversa, qual seja, a de que não é possível dissociar política de interesses. Como se aprende nas primeiras aulas de Política, ou pelo deveria se aprender, a atividade política só tem lugar quando é necessário tomar decisões coletivas sobre questões em que indivíduos tem preferências divergentes.

O que estou querendo sublinhar é que o debate sobre a reforma política tem girado no vazio. Todos a defendem porque ela nos promete um mundo melhor, bem melhor do que o atual. Contudo, o faz a partir de apelos vagos e genéricos, projetando expectativas irrealistas de como o mundo poderia operar. Contudo, ao se abandonar esse mundo idealizado e vago das expectativas, somos deixados com um mundo mais árido e menos auspicioso, o mundo da reforma eleitoral. Porque não importa quão utópica e otimista seja a visão do defensor da reforma política, concretamente, o seu ponto de partida é uma modificação localizada da legislação eleitoral.

Vale neste ponto retornar aos dois exemplos que citei ao longo desta exposição. Para Veríssimo, a revolução utópica da reforma política teria início com a proibição das contribuições às campanhas eleitorais feitas por pessoas jurídicas. Para José Serra, com o voto distrital. Para cada um deles, essas medidas seriam o ponto de partida capaz de dar início a uma completa renovação da forma de fazer política. Para quem estuda sistemas políticos ao redor do mundo, para quem conhece as regras adotadas por outros países – isto é, para quem sabe que essas medidas já foram adotadas por outros países sem que essas consequências portentosas tenham sido alcançadas –, fica patente a distância entre o discurso e a prática, entre o que é e o que não é possível de ser obtido por meio de uma reforma política.

Quando todos concordam que querem uma reforma política é porque todos estão olhando para o objetivo e centrando, ou pensando, no que há por melhorar. Todos querem um sistema político melhor, que funcione melhor. Todos projetam um mundo pós-reforma em que o sistema político funcionaria melhor do que no presente. Porém, o problema é que as coisas não são tão simples. Qualquer reforma política passa por medidas concretas, por reformas eleitorais, sobre as quais não há acordo. E não há acordo sobre o fundamental, se de fato elas são ou não um avanço, ou se melhoram ou pioram o sistema político.

Por exemplo, Serra acredita que o voto distrital só traz consigo coisas boas, é um avanço, um movimento em direção à boa política e, portanto, deve ser visto como parte da reforma política. Contudo, nem todos concordam que assim seja. Nem todos acreditam que o voto distrital seja um avanço. Muitos o veem como um retrocesso.

O fato é que há prós e contras em toda e qualquer proposta concreta. Há os que as veem positivamente e há os que as veem negativamente. E é assim com todas as alternativas que estão na mesa, é assim com todas as medidas que foram votadas no primeiro semestre de 2015 pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Aliás, concretamente, Câmara e Senado aprovaram reformas políticas totalmente diferentes.

Mas o ponto que quero ressaltar é anterior: a unanimidade em torno da reforma política se dissolve tão logo se comece a discutir propostas concretas, ou seja, quando se discute a reforma da legislação eleitoral. Estou querendo dizer que temos de ter muita clareza sobre os caminhos para a reforma política, quais opções vamos adotar. Não há apenas uma.

De uma coisa eu sei e gostaria de enfatizar: não há nada que seja feito com varinha de condão, nada que seja mágico. Não há um modelo pronto a ser adotado, uma cartilha a ser copiada. Todas as propostas são vendidas como sendo avanços, mas nem todas o são. Medidas concretas são necessariamente complexas e sempre envolvem prós e contras.

Por isso vocês todos devem vir nas próximas 12 aulas! Nelas, os detalhes e alternativas serão analisados profundamente. Meu trabalho foi somente o de “levantar a bola e a deixar quicando na marca de pênalti” para que as próximas sessões sejam mais produtivas.